



GEDES
Grupo de Estudos de
Defesa e
Segurança Internacional

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE
DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 02/2021
Período: 06/02/2021 - 12/02/2021
GEDES – UNESP

- 1- Exército atua no desenvolvimento da infraestrutura nacional
- 2- Correio Braziliense analisou a relação de Jair Bolsonaro com as Forças Armadas
- 3- Envolvimento do Ministério da Defesa e das forças armadas na produção e distribuição de hidroxiquina está sob questionamento
- 4- Imprensa avaliou os impactos de novas lideranças no Congresso Nacional para os militares do governo Bolsonaro
- 5- Imprensa avaliou os impactos de novas lideranças no Congresso Nacional para os militares do governo Bolsonaro II
- 6- Colunistas comentaram as fragilidades da democracia brasileira
- 7- Publicada a biografia de Nara Leão, artista que fez parte da resistência à Ditadura Militar
- 8- Degradação do meio ambiente em Roraima fez indígena questionar a eficiência do Exército no combate ao garimpo ilegal
- 9- Soldados são expulsos das Forças Armadas por suas composições de Hip Hop
- 10- Amigo da família Bolsonaro demitido por uso indevido de jato da FAB é readmitido em novo cargo
- 11- Aquisição dos caças F-39 Gripen pode estimular cadeia de empregos
- 12- Operação Verde Brasil 2 será substituída pelo Plano Amazônia 21/22
- 13- Partido pediu investigação dos gastos das Forças Armadas com picanha e cerveja
- 14- Jair Bolsonaro define a ditadura militar como “um pouco diferente do que temos hoje”
- 15- Livro do ex-comandante do Exército brasileiro comprova volta dos militares à política
- 16- Colunista retrata o ônus dos militares em sua relação com Bolsonaro

1- Exército atua no desenvolvimento da infraestrutura nacional

Segundo o periódico *Correio Braziliense*, o Exército Brasileiro tem atuado em prol do desenvolvimento nacional a partir de obras de infraestrutura. Sob o comando do Departamento de Energia e Construção (DEC) do Exército, 11 Batalhões de Engenharia e Construção atuam em áreas onde geralmente não há interesse da iniciativa privada. Em declaração ao *Correio*, o general Júlio César de Arruda, que comanda o DEC, afirmou que após 20 anos, o Exército tem focado sua atuação na construção de ferrovias. Segundo Arruda, o objetivo do DEC é treinar os soldados e diminuir gargalos da infraestrutura brasileira. Além disso, ressaltou que o Exército é uma instituição de Estado e não de governo e que o Brasil é um dos únicos países com engenharias militares autorizadas por lei para atuar em todo o país. O general destacou que tal ação não caracteriza desvio de finalidade, pois esse é o treinamento necessário para garantir que, quando for demandado, o Exército terá uma engenharia capacitada. Por fim, Arruda declarou as obras de engenharia do Exército estão em conformidade com o meio ambiente, respeitando de forma rigorosa a legislação ambiental. (Correio Braziliense - Economia - 07/02/21)

2- Correio Braziliense analisou a relação de Jair Bolsonaro com as Forças Armadas

Em reportagem na qual apresentava indícios de que o presidente da República, Jair Bolsonaro, aumentou sua rede de proteção contra ações políticas e jurídicas, o periódico *Correio Braziliense* publicou a avaliação de Luís Felipe Miguel, professor do Instituto de Ciências Políticas da Universidade de Brasília (UnB), segundo o qual Bolsonaro tem atuado na promoção do aparelhamento das instituições, colocando pessoas próximas em cargos-chave com o objetivo de proteger a si e sua família. Além disso, o professor declarou que a insistência de Bolsonaro em vincular as Forças Armadas ao governo e a sugestão da possibilidade de intervenção militar, caso haja uma crise institucional, é uma forma de intimidar o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Legislativo. Para Miguel, Bolsonaro tem se afastado do vice-presidente da República, general Hamilton Mourão, e de outros generais que demonstravam mais independência em relação a ele. Contudo, nomeou o general da ativa Eduardo Pazuello como ministro da Saúde, o qual tem se mostrado subordinado ao presidente e elevado o alto grau de exposição dos militares no governo Bolsonaro, fato que tem incomodado generais de alta patente. (Correio Braziliense - Governo - 07/02/21)

3- Envolvimento do Ministério da Defesa e das forças armadas na produção e distribuição de hidroxiquina está sob questionamento

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, dentre as ações de combate à pandemia do coronavírus, o presidente da República, Jair Bolsonaro, mobilizou diversos ministérios e órgãos da administração pública federal, dentre eles o Ministério da Defesa, na difusão da medicação hidroxiquina e cloroquina. Especificamente, empregou o Exército na fabricação e a Aeronáutica no transporte dos medicamentos. Neste sentido, a *Folha de S. Paulo*, destacou que o ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello, está sendo investigado em um inquérito no Supremo Tribunal Federal (STF), pela omissão na crise de saúde pública ocorrida recentemente no estado do Amazonas. Há fortes

questionamentos sobre a ação do Ministério da Saúde de enviar 120 mil comprimidos de hidroxicloroquina ao Amazonas no período em que havia falta de oxigênio. Por outro lado, o jornal também destacou que o Exército produziu cerca de 3,2 milhões de comprimidos de cloroquina, demandadas pelos Ministérios da Defesa e de Saúde, resultando em um gasto de R\$ 1,16 milhão, em um processo que dispensou licitações. Em outubro de 2020, o Tribunal de Contas da União constatou que a produção dos medicamentos pelo Exército não levava em conta a demanda e o planejamento do Ministério da Saúde, criando o risco de que estes chegassem à validade nos estoques do Exército. Contudo, em nota, o Exército afirmou que há 328 mil comprimidos de cloroquina no estoque, com vencimento para 2022, e que o medicamento será utilizado para atender o uso terapêutico preconizado. Em editorial, a *Folha* ainda destacou que a superprodução desses medicamentos ocorreu em detrimento da compra de testes e vacinas, classificando a opção uma como “prioridade perversa” (Folha de S. Paulo - Saúde - 07/02/21; Folha de S. Paulo - Opinião- 09/02/21)

4- Imprensa avaliou os impactos de novas lideranças no Congresso Nacional para os militares do governo Bolsonaro I

Segundo os jornais *O Estado de S. Paulo* e *Correio Braziliense*, o resultado das eleições de Arthur César Pereira de Lira como o novo presidente da Câmara dos Deputados e de Rodrigo Otavio Soares Pacheco como presidente do Senado Federal terão impacto para os militares que compõem o governo do presidente da República, Jair Bolsonaro. Primeiramente, de acordo com o *Correio Braziliense*, haveria uma “queda de braço” entre o presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), o médico e contra-almirante Antônio Barras Torres, e o deputado federal Ricardo José Magalhães de Barros, aliado de Lira e cotado para substituir o ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello, pelo desejo do parlamentar de liberar vacinas importadas e aprovadas no exterior em cinco dias e sem testagem no Brasil, propostas rechaçadas pela diretoria da Anvisa. As críticas de Barros foram direcionadas à velocidade de trabalho da agência e aos custos de uma testagem nacional, chegando a defender até mesmo mudanças na legislação para alcançar tal objetivo. Já Barras Torres, que vem atuando sob muita pressão do presidente Bolsonaro, governadores e corpo científico, tentou se manter diplomático, mas, mesmo assim, chegou a politizar a disputa quando indagou “a quem interessa” enfraquecer a Anvisa, além de defender a velocidade de trabalho da agência e negar que existiriam pressões vindas da Presidência da República. O *Estado* também chegou a abordar o tema, reafirmando a cotação de Barros para o cargo de Pazuello e a disputa com Barras Torres; porém, o jornal também acrescentou que Barros não deseja comandar a pasta da Saúde, mas almeja algum cargo na área. Por outro lado, o partido do deputado, Patriotas, ainda mantém interesse pela posição de ministro da Saúde. Além disso, o *Correio* também descreveu a liderança de Barras Torres “como se estivesse num navio” e que “responde por tudo a bordo”. Outro tema também abordado pelo jornal foi a possível abertura do Legislativo para as pautas mais radicais defendidas pelo presidente Bolsonaro como forma recuperar sua popularidade apelando para o seu eleitorado mais ideológico. Dentre tais reformas, o jornal apontou a reestruturação das Polícias Militares (PM) estaduais, consistindo numa diminuição do controle dos governadores sobre as corporações, algo visto como

uma potencialização para interferências indevidas por parte da Presidência da República nesse setor. Ademais, o jornal também relatou que essas propostas estariam causando “temor” em especialistas e nas forças armadas, já que tais reformas aprovadas, aliadas ao discurso - sem provas - de fraudes nas eleições de 2018 poderiam insuflar a tensão política no pleito de 2022 de maneira similar ao que ocorreu na invasão ao Capitólio estadunidense no início deste ano. Para o cientista político Danilo Moraes dos Santos, é inconcebível a agressão às instituições democráticas com participação das FFAA, no caso das PMs, por não haver uma estrutura única de comando hierarquizada como há por exemplo no Exército, é também implausível o uso delas num golpe, uma conjuntura que mudaria caso uma maior centralização das polícias em um Comando Geral fosse efetivada, por fim, o politólogo conclui afirmando ser inconstitucional tal medida, visto que a Constituição Federal de 1988 dá os governadores estaduais o comando das PMs. (Correio Braziliense – Política – 08/02/21; O Estado de S. Paulo – Política – 08/02/21)

5- Imprensa avaliou os impactos de novas lideranças no Congresso Nacional para os militares do governo Bolsonaro II

O jornal *O Estado de S. Paulo* reportou que a vitória de Arthur César Pereira de Lira como o novo presidente da Câmara dos Deputados e a aproximação de Bolsonaro com o legislativo poderiam indicar uma perda de espaço dos militares no Executivo em favor do chamado Centrão. Os partidos aliados de Lira, o Centrão, estariam em busca de cargos públicos, ministérios e outros redutos tradicionais da máquina pública brasileira. Dentre as posições cobiçadas estariam a chefia e outros cargos importantes nos Ministérios da Saúde e de Minas e Energia, e setores do Ministério da Infraestrutura, todos estes atualmente ocupados por militares da ativa e da reserva. Para conter a ofensiva do Centrão, Bolsonaro teria cogitado recriar ministérios como o da Cultura, do Esporte e da Pesca. Desta forma, não entraria em confronto com os militares. Porém, na avaliação do *Estado*, o presidente recuou de colocar a ideia em prática. Por outro lado, de acordo com parlamentares e militares ouvidos pelo jornal, os generais que atuam diretamente no Planalto não estão sob ameaça, já que existem indicativos de fortalecimento do general Luiz Eduardo Ramos, atualmente na Secretaria de Governo, após a mediação deste no apoio à eleição de aliados do governo para a presidência da Câmara e do Senado. Por fim, o *Estado* também relatou um descontentamento por parte dos militares já presentes no governo pela entrada do Centrão, preocupados com a “imagem das Forças Armadas”. O general da reserva Francisco Mamede de Brito Filho, ex-chefe do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), chegou a acusar o presidente de “traição às promessas de campanha” e dizer que a “imagem” das forças armadas já estaria sendo “arranhada” por estar associada a um governo que comete “barbaridades”, além de questionar as intenções do general Ramos, afirmando que ele não estaria a serviço do país, mas sim do governo. O general do Exército Maynard de Santa Rosa, ex-secretário de Assuntos Estratégicos de Bolsonaro, corroborou as preocupações, pois teme o “preconceito” do Centrão para com a ala militar, assim como danos à imagem das forças armadas, apesar de não ver o arranjo como corrupção. O *Estado* também pontuou que um vídeo do general Augusto Heleno Ribeiro Pereira, atual ministro do Gabinete de Segurança Institucional, durante a

campanha de Bolsonaro em 2018 veio à tona em meio às discussões. No vídeo, Heleno comparava os partidos do Centrão com ladrões. Já outros generais que permaneceram anônimos declararam ainda ser “cedo” para “saber no que a nova aliança vai dar”, reconhecendo a possibilidade de diminuição do papel dos militares na governança. (O Estado de S. Paulo – Política – 08/02/21)

6- Colunistas comentaram as fragilidades da democracia brasileira

Em coluna opinativa para o jornal *O Estado de S. Paulo*, o advogado e ex-presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Almir Pazzianotto Pinto, apresentou uma análise histórica sobre os golpes de Estado. Definindo-o como “ato de violência praticado por governante ou seu opositor contra governo eleito de conformidade com as normas constitucionais, para manter ou tomar o poder” e usando exemplos históricos do Brasil e do exterior, assim como obras científicas, Pazzianotto Pinto chegou à conclusão de que golpes de Estado são mecanismos de transferência de poder relativamente comuns ao longo do século XX, além de que na maioria das vezes quem toma o poder pelo uso da força são as Forças Armadas. Como exemplos de golpes de Estado na história brasileira ele citou o de 1937, quando o então presidente da República Getúlio Vargas deu um golpe apoiado pelos militares e estabeleceu o período ditatorial conhecido como Estado Novo; o de 1945, quando os mesmos militares que apoiaram Getúlio em 1937 o derrubaram em favor de uma nova Constituição democrática. O advogado também destacou o golpe de 1964, quando o Comando Supremo da Revolução - composto por membros dos três setores das Forças Armadas - anunciava uma “revolução vitoriosa”, a qual “se distingue de outros movimentos armados pelo fato de que nela se traduz não o interesse e a vontade de um grupo, mas o interesse e a vontade da Nação. A Revolução vitoriosa se investe no exercício do Poder Constituinte (...). Essa é a forma mais expressiva e mais radical do Poder Constituinte”. A partir disso, o Brasil viveu por 20 anos sob aquilo que o autor denominou regime de exceção, no qual “para presidir a República era requisito ser general de Exército”, até a eleição de Tancredo de Almeida Neves em 1985 e a promulgação da atual Constituição Federal em 1988. Porém, Pazzianotto Pinto advertiu que a Constituição de 1988 e a transição para a democracia não garantem o fim dos golpes de Estado no Brasil. O advogado lembrou as falas de Eduardo Bolsonaro sobre a possibilidade de fechamento do Supremo Tribunal Federal (STF) por parte de “um cabo e dois soldados”, a militarização do governo de Jair Bolsonaro e a declaração deste de que “quem decide se o povo vai viver na democracia ou na ditadura são as Forças Armadas”. Segundo Pazzianotto Pinto, este é um indicativo de que “alguém está à procura de um pretexto para a ruptura da ordem institucional”. Em coluna à *Folha de S. Paulo*, Ricardo Viveiros, jornalista, professor e conselheiro da Associação Brasileira de Imprensa, classificou como “democracia em risco” a atual situação brasileira, comparando com o que houve no Capitólio semanas antes do fim do mandato do ex-presidente estadunidense Donald Trump. Isto porque, conforme justificou, desde o início de seu governo, Bolsonaro tem “inflado seus seguidores” contra os Poderes Legislativo e Judiciário, criando teorias infundadas sobre a insegurança das urnas eletrônicas. O jornalista lembrou o episódio em que apoiadores de Bolsonaro tentaram invadir o Congresso Nacional e jogar rojões no edifício do Supremo Tribunal Federal (STF), e destacou a empreitada de facilitação do porte de armas por

parte do presidente. De acordo com Viveiros, Bolsonaro tem dado muitas oportunidades às Forças Armadas, tanto em termos de trabalho, salários e benefícios, quanto à imagem, sendo mais compensatório para estes oficiais trabalhar no governo do que nas Forças Armadas. Além disso, destacou que nem durante o regime militar tantos militares ocuparam postos de deputados, senadores e governadores, grande parte destes eleitos com o apoio de Bolsonaro durante as campanhas eleitorais. Para Viveiros, no futuro “esse pessoal não gostará de perder o espaço conquistado no poder, podendo assim gerar condições para qualquer tipo de ação que garanta Bolsonaro no ‘comando’ do país”. Concluiu ponderando que nas Forças Armadas existem oficiais superiores responsáveis que demonstram atenção a estes fatos, mas alertando que a sociedade também precisa estar atenta, num esforço conjunto de garantir o “futuro da ainda frágil democracia brasileira”. O colunista Ruy Castro, do periódico *Folha de S. Paulo*, citou a remilitarização do governo civil em uma “receita de golpe de Estado”, elaborada por ele em sua coluna, e que estaria sendo seguida pelo presidente Bolsonaro. Para Castro, milhares de militares foram infiltrados na Administração Pública, e isso seria um “ensaio de compra das Forças Armadas”. Além disso, outro elemento com participação dos militares seria a ameaça de fechamento dos Poderes Legislativo e Judiciário, através da ameaça de por “tropa na rua”. (*Folha de S. Paulo - Opinião - 09/02/21; Folha de S. Paulo - Colunas e blogs - 12/02/21; O Estado de S. Paulo - Coluna - 08/02/21*)

7- Publicada a biografia de Nara Leão, artista que fez parte da resistência à Ditadura Militar

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, foi publicada a biografia da cantora Nara Lofego Leão escrita pelo jornalista Tom Cardoso, sob o título *Ninguém pode com Nara Leão - Uma Biografia*. Um ícone da Música Popular Brasileira (MPB) e da Bossa Nova, Nara se popularizou no Brasil na segunda metade do século XX como uma mulher “nada frágil” e extremamente talentosa. Dentre outras coisas, o livro relata os “entrevos” que a cantora teve com o Exército e o Regime Militar (1964-1985). Em 1966, em entrevista ao jornal *Diário de Notícias*, chegou a defender a extinção do Exército e disse que “os militares podem entender de canhão, mas não sabiam nada de política”. Após a repercussão, o pai de Nara, Jairo Leão, teve que prestar explicações para o Ministério da Guerra e defender a filha. Em 1969, um ano após a promulgação do Ato Institucional nº 5 que aumentou a perseguição aos opositores, Nara mudou-se para Paris com o marido. (*O Estado de S. Paulo - Cultura - 08/02/21*)

8- Degradação do meio ambiente em Roraima fez indígena questionar a eficiência do Exército no combate ao garimpo ilegal

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, uma explosão ocorrida em área de garimpo ilegal na Terra Indígena Raposa Serra do Sol (TIRSS) encheu de dejetos e rejeitos cachoeiras próximas de Uiramutã, cidade de Roraima, na fronteira com a Guiana, onde se localiza a sede do 6º Pelotão de Fronteira do Exército. Em fotos tiradas pela *Folha* no final de janeiro, podem ser vistas as cachoeiras Sete Quedas e Urúca com água barrenta no lugar da cor esmeralda original. A partir desse fato, o jornal remontou até 2019, quando a TIRSS começou a sofrer as primeiras invasões ilegais de garimpeiros desde a

demarcação homologada 11 anos antes. Segundo as lideranças indígenas, a culpa restaria em autoridades governamentais, como o presidente da República Jair Bolsonaro, o ex-senador Francisco de Assis Rodrigues, o governador do Estado Antonio Denarium, assim como a Assembleia Legislativa do estado, os quais são complacentes ou incentivadores do garimpo ilegal em terras indígenas. O garimpo ilegal é a atividades responsável pela depredação do bioma local. Ademais, o vice coordenador do Conselho Indígena de Roraima (CIR), o macuxi Edinho Batista de Souza, também afirmou que o Exército brasileiro seria cúmplice por “não fazer nada” para combater o garimpo ilegal na região, a despeito da Operação Verde Brasil 2 que autorizou os militares a exercerem tal proteção. Afirmando que o Exército estaria “engessado”, o líder indígena ressaltou que já tentou fazer denúncias, mas sem sucesso, e que quando tentou conversar com os militares, estes alegam que haveria uma “questão de fronteira”, apesar dos garimpeiros ilegais serem brasileiros de acordo com Batista de Souza. A *Folha* tentou contato com o Comando Militar da Amazônia (CMA) para questionar sobre o assunto, mas não teve sucesso. A demarcação da Raposa Terra Serra do Sol é antiga, e mantém como adversário histórico o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Augusto Heleno Ribeiro Pereira, que já criticou a política indigenista do ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, assim como a demarcação da região da TIRSS, sendo que esta última lhe custou a chefia do CMA. (Folha de S. Paulo - Ambiente - 08/02/21)

9- Soldados são expulsos das Forças Armadas por suas composições de Hip Hop

Em coluna opinativa para o jornal *Folha de S. Paulo*, o jornalista Alvaro Costa e Silva rememorou seu período de alistamento militar na década de 1980, quando “roubo, pederastia e tóxico” se configuravam os principais motivos de expulsão do Exército, em alusão aos soldados recentemente expulsos das Forças Armadas por suas composições de Rap. José Pereira Neto, 21 anos, rapper conhecido como Big Blakk, e Patriick RL, 23 anos, integrante do coletivo Fação Poética, são dois jovens negros, compositores de hip-hop, que estiveram alistados no Centro Conjunto de Operações de Paz do Exército e da Marinha, até serem expulsos e terem suas reservistas retidas por dois anos após suas músicas viralizarem no último ano. Patrickk acredita que sua participação nos protestos antirracistas em Rio das Ostras, Rio de Janeiro, em junho de 2020, mesmo que sem identificação militar, possa ter causado resistência à sua presença no quartel. Big Blakk também mencionou ter percebido que oficiais de patentes mais altas o perseguiram, além de haver soldados com punições mais severas no quartel, incluindo prisão, que jamais chegaram ao ponto da expulsão. Segundo a reportagem da *Folha Ilustrada* no dia 31/01/21, o caso dos dois ex-soldados não é isolado e tem ecoado nos processos que “têm como réus negros que se identificam com o hip-hop”. Nestes casos, destaca-se ainda a vigilância em redes sociais, onde em geral se constituem os “flagrantes”. A expressão “é bom ter cuidado com o S2” é conhecida entre os soldados e refere-se à 2ª Subchefia, setor de inteligência das Forças Armadas, que tem se caracterizado pela vigilância online de oficiais de baixas patentes. Em resposta à *Folha*, o Centro Conjunto de Operações de Paz e a Marinha não comentaram as atribuições do S2. O Exército confirmou que a expulsão de Neto “se deu em

decorrência da publicação do vídeo em rede social”. A Marinha por sua vez, disse que “não compactua com ou pratica qualquer tipo de discriminação (...)” e que promoções são por meritocracia e em conformidade com preceitos normativos. O colunista Álvaro Costa e Silva, afinal, destacou que o período de maior “agitação” em seu alistamento foi quando especulava-se a participação do Brasil na Guerra das Malvinas. Ademais, destacou que o “mantra” das três proibições só funcionava de “fachada”. (Folha de S. Paulo - Opinião - 09/02/21)

10- Amigo da família Bolsonaro demitido por uso indevido de jato da FAB é readmitido em novo cargo

Segundo os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, José Vicente Santini foi readmitido como secretário-executivo da Secretaria-Geral da Presidência da República. Santini foi demitido em janeiro de 2020 após uso indevido de um jato da Força Aérea Brasileira (FAB) para transporte de três passageiros da Suíça à Índia, quando ocupava o cargo de secretário-executivo da Casa Civil. No entanto, foi nomeado em seguida como assessor especial do ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles. Os jornais destacaram a relação de Santini com a família Bolsonaro e a *Folha* apontou os “círculos militares” como origem desta relação, já que ele é filho de general do Exército. De acordo com oficiais da FAB ouvidos pelo *Estado*, o custo da viagem foi de aproximadamente R\$ 740 mil. (Folha de S. Paulo - Poder - 09/02/21; O Estado de S. Paulo - Política - 09/02/21)

11- Aquisição dos caças F-39 Gripen pode estimular cadeia de empregos

Em entrevista ao periódico *Correio Braziliense*, o major-brigadeiro Valter Borges Malta, presidente da Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate (COPAC), afirmou que a aquisição dos 36 caças F-39 Gripen para a Força Aérea Brasileira (FAB) pode gerar em torno de 21 mil empregos em razão da troca de tecnologia e do desenvolvimento das aeronaves no país. Segundo ele, a FAB tem 18 projetos para essas aeronaves, os quais visam a “alta performance, alta velocidade, integração dos sistemas, inteligência artificial, além de baixa visibilidade diante de sensores e radares”. Ressaltou, também, que a compra desses caças atende às necessidades da FAB, como o controle, a defesa e a integração do território brasileiro, além de garantir que esta exerça missões de superioridade aérea, ataques ar-terra e reconhecimento. (*Correio Braziliense* - Brasil - 11/02/21)

12- Operação Verde Brasil 2 será substituída pelo Plano Amazônia 21/22

Segundo os periódicos *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, o vice-presidente da República, Hamilton Mourão, declarou em 10/02/21 que a atuação das Forças Armadas na Amazônia através da Operação Verde Brasil 2, que será finalizada em 30/04/21, será substituída pelo Plano Amazônia 21/22. Ao contrário do protagonismo militar, o novo plano será conduzido por funcionários do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e das polícias Federal e Rodoviária Federal, ademais, contará com o apoio e a

fiscalização dos ministérios da Justiça, da Agricultura, do Meio Ambiente e do Gabinete de Segurança Institucional. De acordo com a *Folha*, Suely Araújo, especialista sênior em políticas públicas do Observatório do Clima e ex-presidente do IBAMA, considerou positiva a retirada dos militares da fiscalização ambiental, uma vez que “a atuação das Forças Armadas na coordenação é muito cara” e a relação custo-benefício questionável. Entretanto, a *Folha* ressaltou que Mourão não descartou o uso de militares no Plano Amazônia 21/22, afirmando que “caso for necessário novamente o emprego das Forças Armadas, isso vai ser proposto ao presidente da República e ele tomará a decisão que melhor lhe aprouver”. Em editorial, o jornal *Folha de S. Paulo* relatou a ineficácia da Operação Verde Brasil 2 em combater o desmatamento e queimadas na Amazônia. Segundo o jornal, em 2020, ano de início da operação, em comparação com 2019, o número de multas aplicadas por infrações contra a floresta diminuiu 37%, a taxa de desmatamento aumentou 9,5% e os focos de incêndio aumentaram 15%. Apesar do desempenho questionável, a operação custou R\$ 410 milhões, três vezes o orçamento de fiscalização IBAMA e do ICMBio, responsáveis legalmente por essa função. Com isso, a *Folha* denominou a operação de “fiasco”. (Correio Braziliense - Brasil - 11/02/21; *Folha de S. Paulo - Ambiente* - 11/02/21; *Folha de S. Paulo - Opinião* - 12/02/21; *O Estado de S. Paulo - Metrópole* - 11/02/21)

13- Partido pediu investigação dos gastos das Forças Armadas com picanha e cerveja

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, deputados do Partido Socialista Brasileiro (PSB) solicitaram, em representação enviada à Procuradoria Geral da República (PGR), que os gastos das Forças Armadas com 700 toneladas de picanha e 80 mil cervejas fossem investigados. Segundo os parlamentares, há fortes indícios de superfaturamento, pois o preço do quilo da picanha pago pelo Exército foi de R\$ 84,14 e da unidade da cerveja de R\$ 9,80. Em nota, mencionada pelo *Estado*, o Ministério da Defesa respondeu que a representação dos deputados se apoia em “informações absolutamente equivocadas”, e que “apresentar valores totais de processos licitatórios homologados como sendo valores efetivamente gastos constitui grave equívoco”. (*O Estado de S. Paulo - Política* - 12/02/21)

14- Bolsonaro define a ditadura militar como “um pouco diferente do que temos hoje”

Conforme noticiado pelos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, o presidente Jair Bolsonaro definiu o regime militar como “um pouco diferente do que temos hoje”, em declaração dada numa cerimônia no Centro de Lançamento de Alcântara, localizado no estado do Maranhão. A afirmação foi dita após exaltar os cinco presidentes militares pelas obras feitas durante os 21 anos de ditadura (1964-1985), mais especificamente, pela base de lançamento de foguetes de Alcântara, onde estava. O presidente também definiu o regime como tendo “muita responsabilidade com o futuro do país”, ignorando as violações à democracia e aos direitos humanos cometidas no período, principalmente através da tortura, do assassinato de opositores e da supressão de eleições. (*Folha de S. Paulo - Poder* - 12/02/21; *O Estado de S. Paulo - Política* - 12/02/21)

15- Livro do ex-comandante do Exército brasileiro comprova volta dos militares à política

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, o recém-lançado livro-depoimento do ex-comandante do Exército brasileiro, general Eduardo Villas Bôas, intitulado “General Villas Bôas: Conversa com o Comandante”, revela detalhes da ação do general durante os anos em que foi comandante do Exército, incluindo seus envolvimento políticos. Entre os assuntos retratados no livro estão uma conversa com o então vice-presidente da República, Michel Temer, sobre a reação das Forças Armadas no caso de impeachment da então presidente da República Dilma Rousseff, além de conversas com deputados de esquerda sobre uma possível declaração de Estado de Defesa no ápice dos protestos contra Dilma. Adicionalmente, o livro apresenta comentários de Villas Bôas sobre o polêmico *tweet* advertindo o Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o risco à estabilidade do país no caso do julgamento do Habeas Corpus do ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. A *Folha* ressaltou os motivos que o ex-comandante do Exército apontou como causa para o antipetismo generalizado entre os militares e o apoio ao atual governo de Jair Bolsonaro. Um dos principais seria o “revanchismo” do governo de esquerda no contexto da Comissão Nacional da Verdade, criada para investigar as violações de direitos humanos durante ao regime militar (1964-1985). Por fim, a *Folha* destacou a utilidade do livro para compreender a visão de mundo dos militares, que seria marcada por uma aversão ao politicamente correto, paranoia quanto aos interesses internacionais sobre a Amazônia e aversão a qualquer movimento ambientalista. O colunista Reinaldo Azevedo, da *Folha de S. Paulo*, também comentou sobre o livro em sua coluna, chamando-o de “histórico lixo golpista”, referindo-se principalmente ao caso do *tweet* “ameaçando” o STF, que para o colunista era uma inequívoca ameaça de golpe, tendo sido revelado no livro o consentimento do Alto Comando do Exército à postagem na rede social. (*Folha de S. Paulo - Poder - 12/02/21; Folha de S. Paulo - Colunas e blogs - 12/02/21*)

16- Colunista retrata o ônus dos militares em sua relação com Bolsonaro

A colunista Eliane Cantanhêde, do periódico *O Estado de S. Paulo*, retratou em sua coluna uma série de polêmicas recentes envolvendo os militares no governo do presidente da República Jair Bolsonaro, enfatizando o ônus sofrido pelas Forças Armadas, principalmente, à sua imagem. A colunista destacou o recente escândalo envolvendo a compra milionária de chicletes e leite condensado pelo Exército, além dos 700 mil quilos de picanha e 80 mil cervejas. Prosseguiu falando da exclusividade, em plena pandemia, dos hospitais do Exército e da Aeronáutica apenas para militares, tendo 72% dos leitos vazios. Além disso, citou o fim da Operação Verde Brasil 2 no dia 30/04/21, antes da data inicialmente prevista em 2022, além de aventar a possibilidade de isso ter sido uma retaliação do governo contra o vice-presidente da República Hamilton Mourão. Cantanhêde também destacou o fato do atual ministro da Saúde Eduardo Pazuello, estar respondendo junto à Justiça e ao Congresso Nacional detalhes de sua conduta na pandemia, tudo isso somado ao risco de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) tratando do mesmo assunto. Posteriormente, citou a resposta do secretário-geral da Saúde, coronel Elcio

Franco, ao governador João Doria, quando ele anunciou a vacinação em janeiro, chamando-a de “devaneio”. A colunista comentou sobre o livro-entrevista recém-lançado sobre o ex-comandante do Exército, Eduardo Villas Bôas, e a confirmação de que o *tweet* do comandante “advertindo” o Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o julgamento de um Habeas Corpus do ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva havia sido apoiado por todo o Alto Comando. Por fim, Cantanhêde lembrou os atos pró-intervenção militar que o presidente Bolsonaro participou, um deles feito em frente a um Quartel General do Exército e outro em que sobrevoou em um helicóptero militar junto do ministro da Defesa. Para a colunista, o ônus a ser pago pelas Forças Armadas vai ser “imenso”, apesar de quaisquer vantagens obtidas pelos militares no governo. (O Estado de S. Paulo - Política - 12/02/21)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Davi Campos Matos (Redator, graduando em Relações Internacionais); Gislaine Amaral Silva (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Guilherme Evaristo Rodrigues Macieira (Redator, graduando em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Henrique Muniz Fernandes (Redator, graduando em Relações Internacionais); Jonas de Paula Vieira (Redator, graduando em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutora em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Léa Briese Staschower (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Leonardo Pontes Vinhó (Redator, graduando em Relações Internacionais); Lucas Rizzati Iquegami (Redator, graduando em Relações Internacionais).